

## ■ OPINIÃO

28 JUN 2001

# Pra que mudar de assunto?

Luiz Gutemberg

**C**onfesso que não me surpreendi. Me espantaria - para seguir a espontaneidade de Mário de Andrade que antigamente desapontava os professores de língua portuguesa, pois onde já se viu começar frase com o pronome oblíquo! - o contrário. Mas o pouco caso com que foi recebida a manobra do Banco Central para conter a nova aposta contra o Real, mostra bem a nossa submissão aos eixos sensacionalistas da política brasileira. Os poucos resmungos ortodoxos, de deboche, porque o protesto caracterizaria favorecimento da canalha especuladora, refletiram o incômodo causado pela decisão do Banco Central. Ah, o Malan não disse em Nova Iorque que não haveria intervenção? Então, quem manda é o ministro ou o pessoal do Banco Central?

E nem uma palavra de denúncia da especulação e de favorecimento à manobra que procurou contê-la. Nem muito menos um debate, porque o tema é controverso, sobre a ação de defesa do Real.

Quase não se ouviram comentários sobre a coragem, no mínimo, com que foram mobilizados nossos dólares ainda disponíveis no FMI e alterada a conduta das autoridades monetárias para brecar a escalada com que se forçava a alta do dólar - certamente artificial - num movimento de manada, como diziam (e repetiu-se demais semana passada) os íntimos da "teoria econômica". Nem para festejar a quebra da ortodoxia liberal da equipe econômica, tão teimosa em jogar todas as fichas nas virtudes do mercado num país de polícia despreparada.

O episódio mostra o descompasso com a realidade da nossa crônica política. Ou talvez, a distração com que nos entregamos



Luiz Gutemberg

mos sem reservas às estratégias das lideranças que conseguem se impor, que já foram governistas (ou como se explicam a eleição e reeleição de FHC em primeiros turnos triunfais?) e agora são da oposição.

Ouvia contar pelos velhos lá de casa que "no tempo das oligarquias" - ou mais precisamente, no ocaso das oligarquias estaduais, nas primeiras duas décadas do século passado - vivia-se nas províncias um clima do que se chamava "barulho" e que suponho corresponderia às manifestações com que atualmente os pacifistas, ecologistas e assemelhados internacionais perturbam as assembleias de Davos ou de Seattle. A qualquer pretexto, turbas violentas saiam à rua atirando, incendiando. E as pessoas comuns, como sempre conformadas, ou bestializadas, aceitavam e repetiam o pregão: "Olhe o barulho!"

Hoje é a síndrome do desastre, da corrupção, da falta de ética, da ameaça da inflação resumidas no bordão: Neoliberal! Este é o eficaz palavrão com que se insultam até os sociais democratas europeus. Tanto que não tenho dúvida de que o candidato que melhor se caracterizar de antineoliberal, ganha as eleições de 2002. Mas, o que é o neoliberal? Não importa, nem a própria análise semântica. Neoliberal, não importa o que significa, pois é tudo o que não se quer nem se deseja, o mal, belzebu,

o diabo, a indesejada do poeta. Mas basta pesquisar a palavra em alguém ou em alguma coisa que se queira combater.

É verdade que as palavras corrupção e ética ainda lhe fazem alguma concorrência, mas será por pouco tempo.

Por isso, sem dúvida - e porque o neoliberal deve, ele mesmo, atejar fogo às vestes como um bonzo do pesadelo vietnamita, a Conceição do samba-canção - não há espaço para considerar se houve malícia positiva e, principalmente, coragem e talvez competência na ação do presidente Armínio Fraga e sua gente do Banco Central nesse episódio da vigorosa intervenção no mercado de câmbio.

Não, uma discussão dessas podia descambiar em reconhecimento de boa conduta em quem se pretende considerar inimigo público e, a essa altura, seria temerário arriscar a concessão de um emblema de vitória a um expoente do neoliberalismo. Seria um golpe nos sentimentos que dominam nossos corações e mentes.

Armínio Fraga e o BC deviam se deixar imolar, manietados e idiotas, em defesa da ortodoxia da não intervenção e garantir por antecipação o tão esperado caos final de 2002? Ou temer serem acusados de atacar a maxidesvalorização que se alastrava?

"Assim não pode", li outro dia num jornal paulista. A indignação não era contra a especulação, mas contra a intervenção do Banco Central no câmbio. "Onde estamos?", pergunta outro antineoliberal. "Assim é fraude, estelionato eleitoral", como Delfim Mal julgou o presidente Sarney em 1986, quando ele apenas lutava, desesperadamente, para salvar o Plano Cruzado.

Eis, portanto, o que, desde a primeira linha, estou pretendendo argumentar hoje: a sociedade brasileira está sen-

do conduzida a torcer pelo pior para que seja melhor para alguns.

É um axioma que essa medida na política cambial não tenha merecido nem um milésimo do espaço que se gasta com Jader (e o que é pior, repetindo sempre as mesmas histórias como se fossem novidades, garantindo-lhe a mesma absolvição judicial que os procuradores garantiram a Collor com suas denúncias mal fundamentadas) e se gastou com o ACM. Se Armínio foi corajoso e competente, ou não, era tudo que a sociedade brasileira mereceria saber. Mas os espaços da mídia estão reservados para o desastre, o caos e a corrupção.

Carlos Lacerda, que era um hábil manejador dessas situações, lançou nos anos 50, uma "aliança popular contra o roubo e contra o golpe", aproveitando os ingredientes do momento. Hoje, seu movimento popular oportunista seria contra o neoliberalismo, a corrupção e a falta de ética na política. Captaria perfeitamente a ansiedade popular.

Em tempos de bons jargões, não há espaço para reflexões. Principalmente, se 2002 vem a galope e muitos já sentem o gosto da vitória.

Mas certamente essa questão cambial - como se explica, qual é o limite dessa intervenção do Banco Central, a que patamar é razoável que o dólar se acomode frente ao real e como tudo isso abala as metas inflacionárias - seria muito mais interessante que esse jogo de lama que não acaba nunca simplesmente porque é mais sensacional. Especialmente se há uma escuta telefônica e se a briga entre empresas telefônicas pode incorporar esse componente de corrupção política para ajudar na briga de foice entre acionistas.